

SUSTENTABILIDADE MUNICIPAL: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS DE IGARAPAVA E ORLÂNDIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Michelle C. Razanauskas Miele¹
Stela Luiza de Mattos Ansanelli²
Murilo Daniel de Mello Innocentini³

RESUMO:

O artigo analisou se há evidências de sustentabilidade na gestão socioambiental nas cidades de Igarapava e Orlândia, considerando os pilares Ambiental, Social e Governança. Avaliou-se a legislação ambiental e os resultados dos programas estaduais de São Paulo. Houve o estudo de caso, revisão bibliográfica, questionários e análise documental. Os resultados reforçaram a existência de diferenças na gestão sustentável, propiciou a realização do 1º Fórum Socioambiental Intermunicipal. Conclui-se que a sustentabilidade exige gestão estratégica, integração e capacitação contínua.

Palavras-chave: Gestão pública; Meio Ambiente; Sustentabilidade.

ABSTRACT:

The article analyzed whether there is evidence of sustainability in socio-environmental management in the cities of Igarapava and Orlândia, considering the Environmental, Social, and Governance pillars. It evaluated environmental legislation and the results of São Paulo state programs. The study included case analysis, literature review, questionnaires, and document analysis. The results reinforced the existence of differences in sustainable management, leading to the 1st Intermunicipal Socioenvironmental Forum. It concludes that sustainability requires strategic management, integration, and continuous training.

Keywords: Public management; Environment; Sustainability.

¹ Doutoranda em Tecnologia Ambiental pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela Universidade Estadual Paulista. E-mail: michelle.miele@unesp.br.

² Graduação em Ciências Econômicas pela UNESP, Mestrado em Economia pela UFSC e Doutorado em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: stela.luiza@unesp.br.

³ Engenheiro químico pela UFSCar, com mestrado e doutorado em controle ambiental e pós-doutorado em engenharia de materiais. Especialista em controle de poluição atmosférica. Coordenador do programa de pós-graduação em tecnologia ambiental da UNAERP. E-mail: minnocentini@unaerp.br.

1 INTRODUÇÃO

A globalização e o avanço tecnológico têm transformado a sociedade, impactando tanto a qualidade de vida quanto a preservação ambiental. No século XXI, a crescente demanda por recursos naturais não renováveis ameaça o equilíbrio ambiental, tornando imperativa a implementação de políticas sustentáveis eficazes. Entretanto, a falta de conhecimento e disseminação dessas políticas dificulta sua plena aplicação, ressaltando a necessidade de ampliar a conscientização e adotar práticas sustentáveis em todos os setores. No setor corporativo, a adesão a padrões ambientais internacionais – como o Acordo de Paris e as normas ISO – vem contribuindo para a mitigação dos impactos ambientais. Contudo, a promoção da sustentabilidade municipal exige uma abordagem integrada que envolva toda a sociedade e atuação dos gestores públicos. Nesse cenário, os municípios de Igarapava e Orlândia, integrantes do Consórcio dos Municípios da Alta Mogiana (COMAM), destacam-se não apenas pelo papel estratégico no agronegócio, mas também pelos esforços em implementar práticas de gestão socioambiental alinhadas aos princípios do ESG.

Este artigo tem como objetivo analisar se há evidências de sustentabilidade na gestão socioambiental das cidades de Igarapava e Orlândia. A sustentabilidade municipal emergiu como um pilar fundamental no planejamento e na gestão pública, pois busca equilibrar o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população. A abordagem ASG/ESG (Ambiental, Social e Governança) oferece um modelo estruturado para avaliar o comprometimento das administrações municipais com práticas sustentáveis.

A escolha desses municípios justifica-se pela importância do COMAM como instrumento de governança regional e pela oportunidade de comparar seus desempenhos em relação a índices e programas voltados ao desenvolvimento sustentável. A região da Alta Mogiana Paulista, conhecida como o Cinturão Cafeeiro de Franca, passou por transformações econômicas significativas, impulsionadas pela expansão da cana-de-

açúcar e da soja, o que impõe uma análise crítica da compatibilidade desse crescimento com os princípios do desenvolvimento sustentável. Com 31 municípios e mais de 1,4 milhão de habitantes, o COMAM tem desempenhado um papel crucial na implementação de políticas regionais de sustentabilidade (COMAM,2024).

Embora Igarapava e Orlândia se destacam economicamente por meio de grandes empreendimentos – como usinas hidrelétricas, produtores de biodiesel e indústrias de energia e exportação de farelo de soja –, permanece a dúvida se o crescimento econômico dessas cidades está de fato alinhado a práticas sustentáveis e se gera impactos positivos no meio ambiente e na comunidade local. Assim, este estudo contribui para a construção de municípios mais resilientes, equilibrados e comprometidos com a sustentabilidade, propondo um modelo de gestão capaz de enfrentar os desafios contemporâneos sem comprometer as gerações futuras..

A problemática está em identificar se há evidência de sustentabilidade municipal que possa ser comprovado o compromisso ou conformidade, além de demonstrar o nível de maturidade de entendimento do ESG.

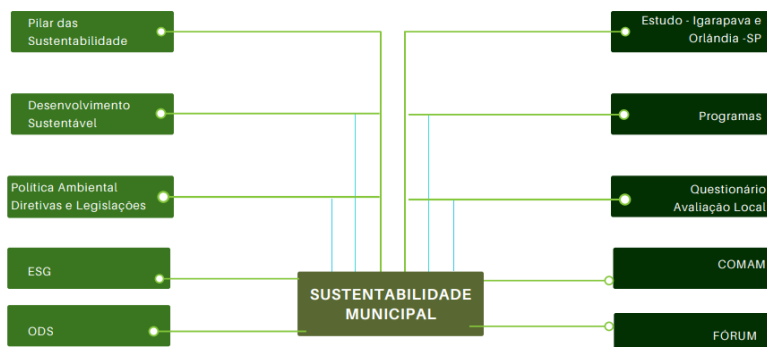
Pode-se justificar que a sustentabilidade municipal tornou-se essencial na gestão pública, equilibrando desenvolvimento econômico, preservação ambiental e qualidade de vida. Este estudo analisou a presença de práticas sustentáveis em Igarapava e Orlândia, municípios do Consórcio da Alta Mogiana (COMAM), destacando seu papel na governança regional. A região, marcada pelo crescimento da cana-de-açúcar e soja, demandou uma avaliação crítica sobre a compatibilidade desse avanço com a sustentabilidade. Embora as cidades tenham se destacado economicamente, não se sabia se seu crescimento estava alinhado com práticas sustentáveis. Partiu da fundamentação teórica, conforme figura 01, de um lado a orientação e do outro a verificação da aplicação nas cidades estudadas.

Figura 01- Fundamentação teórica

Moraes
Bramante,
Naum

Fundamentação teórica

unesp

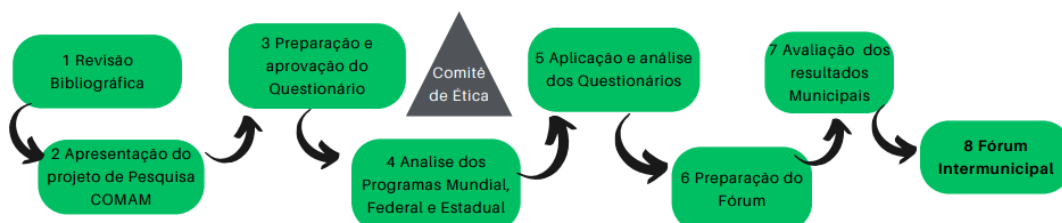


Fonte: MIELE,2025

2 DESENVOLVIMENTO

O estudo seguiu oito etapas sendo análise e levantamento das legislações, preparação e aplicação do questionário junto ao gestor público e a realização do fórum intermunicipal, conforme demonstrado na figura 02. Como contribuição a sociedade realizar fórum anualmente e favorecer a elaboração de lei municipal para monitorar índices de sustentabilidade municipal

Figura 02 – Desenvolvimento do estudo



Fonte: MIELE,2025

2.1 ESG

O termo ESG (Environmental, Social and Governance) surgiu em 2004, por meio de um relatório da ONU em conjunto com o Banco Mundial, mas somente mais recentemente apareceu como tema de pesquisas a nível mundial. De forma geral, foi verificado que, em países desenvolvidos, a divulgação dessas ações sustentáveis é valorizada pelo investidor na forma de um maior valor de mercado ou rentabilidade do negócio. Em países emergentes, as pesquisas também começaram a mostrar uma valorização das empresas que divulgam as suas práticas ESG. Porém, devido ao aumento

de estudos nos últimos anos, ainda não houve consenso entre todos sobre o tema (MARTINS,2022).

O ESG não é um fim em si mesmo, ele está associado a uma finalidade; nem quer significar que o ESG seja uma forma de obtenção lucro. O ESG é meio, e o benefício do planeta é o fim. A estrutura do mercado financeiro apenas se utiliza do ESG para nortear os investimentos daqueles que desejem se envolver com causas ambientais e sociais, tornando isso um traço distintivo de outros tipos de negócio que não tenham como valor ético a defesa do meio ambiente ou da sociedade (NAUM,2018).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), são um conjunto de metas e ações que foram propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2016, para que o mundo pudesse promover o desenvolvimento sustentável. Pode-se dizer que esses objetivos têm interconexão e são bastante ávidos (ONU, 2024).

De acordo com a Universidade Federal de Minas Gerais,

os ODS, são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Cada um deles compreende uma série de metas, e todos os países que assinaram o documento em 2012 se comprometeram a torná-las viáveis nos próximos anos. São 169 metas no total, que listam tarefas a serem cumpridas pelos governos, a sociedade civil, o setor privado e todos os cidadãos na jornada coletiva para um 2030 sustentável (UFMG,2024, p.)

A implementação dos ODS demanda a colaboração dos governos, do setor privado, da sociedade civil e de todo cidadão do mundo, pois representa um plano global para abordar uma variedade de desafios, incluindo pobreza, fome, saúde, educação, água, saneamento, crescimento econômico, desigualdades, mudanças climáticas e muito mais.

Cada um dos 17 objetivos aborda desafios específicos e interconectados, visando construir um mundo mais justo, equitativo e sustentável até 2030. É extremamente importante seguir o plano de ações (ONU, 2024).

O programa Cidades Sustentáveis (PCS) é uma agenda de sustentabilidade urbana que integra as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento municipal. Desde 2012, o PCS sensibiliza e mobiliza governos locais para implementar políticas públicas estruturantes, enfrentando a desigualdade social e construindo cidades mais justas e sustentáveis. Estruturado em 12 eixos temáticos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o programa oferece ferramentas e metodologias para apoio à gestão pública e planejamento urbano

integrado, além de mecanismos de controle social e estímulo à participação cidadã (Programa Cidades Sustentáveis, 2024).

As ferramentas do PCS incluem 260 indicadores para diversas áreas da administração pública, um painel de monitoramento para o Plano de Metas e um software para comparação de dados entre cidades. O programa também oferece um banco de boas práticas, um programa de formação e capacitação para gestores públicos municipais, documentos de orientação técnica e conteúdos informativos. Esses recursos estão disponíveis em uma plataforma web aberta e interativa para gestores públicos e outros usuários (Programa Cidades Sustentáveis, 2024).

O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades São Paulo (IDSC-SP) permite uma visão integrada das 645 cidades paulistas em relação aos ODS da Agenda 2030 da ONU, estimulando seu cumprimento. É um recorte do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), composto por 100 indicadores que abrangem todos os 5.570 municípios brasileiros. Graças ao IDSC-BR, o Brasil é o único país que monitora os desafios e avanços de todas as suas cidades na Agenda 2030. Esta iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), parte do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), oferece dados abertos e gratuitos (IDSC-SP, 2024).

O PCS adota uma abordagem abrangente do desenvolvimento sustentável, incluindo dimensões ambiental, social, econômica, institucional e cultural, destacando-se como a única metodologia com tal abrangência. Contudo, a falta de renovação sistemática dos critérios dos indicadores é um ponto negativo (IDSC-SP, 2024).

Uma iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), no âmbito do Programa Cidades Sustentáveis (PCS), o IDSC-BR pretende gerar um movimento de transformação na gestão pública municipal. A intenção é orientar a ação política de prefeitos e prefeitas, definir referências e metas com base em indicadores e facilitar o monitoramento dos ODS em nível local. Há um índice para cada objetivo e outro para o conjunto dos 17 ODS, de modo que seja possível avaliar os progressos e desafios dos municípios brasileiros para o cumprimento da Agenda 2030, de modo geral, e para cada objetivo que ela estabelece, em particular (IDSC-SP, 2024).

Ao observar o Mapa do Brasil com Pontuação Geral observa-se que a maior parte dos municípios estão com pontuação média de 50 a 59,99% na cor amarela. As 8 cidades do estado de São Paulo que ficaram com pontuação alto quase não aparecem no mapa. Ao filtrar pelo ranking das 10 primeiras cidades que receberam maior pontuação, observa-

se 8 cidades no estado de São Paulo, 01 em Minas Gerais e 01 em Santa Catarina (IDSC-SP,2024).

Os municípios estudados neste artigo foram Igarapava que obteve uma pontuação de 53,23% e Orlândia de 56,28%, ambos no nível de Desenvolvimento Sustentável Médio de 50 a 59,99%.

2.2 PROGRAMA MUNICÍPIO VERDE AZUL

O Programa Município Verde Azul (PMVA), criado em 2007 pelo Estado de São Paulo, fortalece o planejamento ambiental municipal e promove uma gestão descentralizada. Regulamentado pela Resolução SMA nº 009/2008, avalia os municípios com base em 10 diretrizes, como esgoto tratado, resíduos sólidos e educação ambiental. Aqueles que atingem 80 de 100 pontos no Índice de Avaliação Ambiental (IAA) recebem certificação e acesso a recursos ambientais.

A adesão ao PMVA variou ao longo dos anos, alcançando 610 municípios em 2013, mas caindo para 412 em 2022/2023, possivelmente devido à nova metodologia da Resolução nº 36/2024. No Consórcio das Cidades da Alta Mogiana (COMAM), que reúne 28 municípios, a participação é desigual, com poucos municípios conseguindo certificação.

Em Igarapava, a pontuação no PMVA variou significativamente, atingindo 70 pontos em 2011, mas caindo para 20 pontos em 2022/2023, sugerindo falhas na gestão ambiental. Já Orlândia, embora economicamente forte, enfrenta desafios para equilibrar crescimento e sustentabilidade.

O PMVA continua sendo uma ferramenta estratégica para fomentar políticas públicas ambientais nos municípios paulistas, incentivando a implementação de práticas sustentáveis e ações concretas para a preservação do meio ambiente. A participação ativa dos municípios e o engajamento de gestores públicos são essenciais para garantir que os benefícios do programa sejam efetivos, promovendo um desenvolvimento sustentável equilibrado entre crescimento econômico, proteção ambiental e bem-estar social.

2.3 PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS (PCS)

O Programa Cidades Sustentáveis (PCS) constitui uma iniciativa abrangente de sustentabilidade urbana, integrando as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento municipal. Desde 2012, o programa mobiliza governos locais para implementar políticas públicas que combatam a desigualdade social e promovam

idades mais justas e sustentáveis, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Estruturado em 12 eixos temáticos, o PCS oferece um conjunto de ferramentas – que inclui 260 indicadores, painéis de monitoramento, softwares para comparação de dados, um banco de boas práticas e programas de capacitação para gestores públicos – todas acessíveis por meio de uma plataforma web interativa e de acesso livre.

Adicionalmente, o PCS está interligado ao Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR) e à sua versão para o estado de São Paulo (IDSC-SP), que avaliam o progresso dos municípios com base nos indicadores dos ODS. Enquanto o IDSC-BR monitora os 5.570 municípios brasileiros – permitindo um acompanhamento inédito da implementação da Agenda 2030 –, o IDSC-SP concentra-se nos 645 municípios paulistas, facilitando a identificação de desafios e a disseminação de boas práticas locais. Essa abordagem integrada fortalece a tomada de decisão e o planejamento urbano sustentável, embora evidencie a necessidade de renovação periódica dos critérios dos indicadores empregados.

2.4 ANÁLISE DOCUMENTAL DOS PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE

A pesquisa examinou os seguintes programas:

- Programa Cidades Sustentáveis (PCS): Uma agenda de sustentabilidade urbana que integra dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento municipal. O PCS fornece 260 indicadores, painéis de monitoramento e um software de comparação de dados, além de um banco de boas práticas, todos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.
- Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-SP): Versão estadual do índice nacional, composto por 100 indicadores que avaliam o desempenho das cidades paulistas em relação aos ODS, permitindo a identificação de desafios e boas práticas.
- Programa Município Verde Azul (PMVA): Iniciativa estadual do governo de São Paulo que visa incentivar e certificar a gestão ambiental municipal. O PMVA opera de forma voluntária por meio de um termo de adesão e avalia as ações ambientais dos municípios com base em 10 diretrizes, tais como governança ambiental, adaptação às mudanças climáticas, educação ambiental, entre outras.

2.5 INTEGRAÇÃO COM O CONSÓRCIO DOS MUNICÍPIOS DA ALTA MOGIANA (COMAM)

A pesquisa foi desenvolvida em parceria com o COMAM, que reúne 28 municípios da Alta Mogiana, representando aproximadamente 1,46 milhão de habitantes. Reuniões presenciais com prefeitos e secretários de Meio Ambiente de Igarapava e Orlandia foram realizadas para apresentar a proposta da pesquisa, explicar os instrumentos de coleta de dados e obter o consentimento para participação.

2.6 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS PARA AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE MUNICIPAL

Dois questionários eletrônicos foram desenvolvidos e aplicados aos responsáveis pelos departamentos de Meio Ambiente das cidades estudadas:

Questionário Q1 – Avaliação Geral: Contém 167 questões distribuídas em três dimensões (Governança, Ambiental e Social), totalizando uma pontuação máxima de 334 pontos. A classificação é definida como:

- Em Compromisso: 0 a 167 pontos
- Em Conformidade: 168 a 334 pontos

Questionário Q2 – Avaliação ESG: Composto por 43 questões, este instrumento avalia o estágio de maturidade dos eixos Ambiental, Social e de Governança, conforme a norma ABNT PE-487. Cada resposta recebe uma pontuação que corresponde a um estágio de maturidade, variando de Elementar a Transformador.

Os questionários foram validados pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp – Campus Franca e disponibilizados via Google Forms, com suporte remoto para esclarecimento de dúvidas durante o preenchimento.

2.7 REALIZAÇÃO DO FÓRUM SOCIOAMBIENTAL INTERMUNICIPAL

Como parte da metodologia, realizou-se o 1º Fórum Socioambiental Intermunicipal em 10 de dezembro de 2024, na sede do COMAM em Franca. O fórum reuniu prefeituras e demais stakeholders da Alta Mogiana para:

Apresentar cases e ações socioambientais desenvolvidas em 2023/2024.

Discutir os resultados dos índices de sustentabilidade (PCS, IDSC-SP e PMVA).

Proporcionar um espaço de troca de experiências e de avaliação do evento por meio de questionários aplicados aos participantes.

2.8 ANÁLISE E INTEGRAÇÃO DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada de forma quantitativa e qualitativa, integrando:

- Resultados da revisão bibliográfica.
- Dados documentais dos programas PCS, IDSC-SP e PMVA.
- Respostas dos questionários aplicados.
- Feedback e avaliações do Fórum Socioambiental.

Essa abordagem integrada permitiu a identificação dos pontos fortes e lacunas na gestão socioambiental dos municípios estudados, contribuindo para a elaboração de um diagnóstico estratégico que oriente a implementação de políticas públicas mais eficazes e a promoção de práticas sustentáveis a nível municipal.

Esta metodologia proporcionou uma visão abrangente da sustentabilidade municipal, combinando dados empíricos, análises documentais e a experiência direta dos gestores, contribuindo para o avanço da pesquisa na área de sustentabilidade urbana.

2.9 COMO EVIDENCIAR SE HÁ SUSTENTABILIDADE MUNICIPAL

Para compreender se os municípios do estudo possuem sustentabilidade foram elaborados questionários que se basearam em checklists de auditoria socioambiental e na norma ABNT PR 2030/2022, sendo enviados eletronicamente aos secretários de Meio Ambiente de Igarapava e Orlândia via Google Forms, que responderam.

A análise utilizou metodologia quantitativa e qualitativa, classificando as respostas em níveis de compromisso e conformidade. O Questionário Público Geral (Q1) continha 167 questões distribuídas nos eixos Governança, ambiental e Social, resultando em pontuação de 0 a 334 pontos. O segundo questionário (Q2) avaliou o nível de maturidade ESG em cinco estágios, conforme a ABNT PE-487/2023.

Os dados foram tabulados e comparados, permitindo a classificação dos municípios segundo seu desempenho na sustentabilidade. No Q1, Igarapava obteve 309 pontos, atingindo 92,51% e sendo classificada como "Em Conformidade". No Q2, a cidade alcançou o Estágio 4 - Estratégico na maturidade ESG, demonstrando uma abordagem estruturada e alinhada às melhores práticas de governança socioambiental.

Já Orlândia obteve 251 pontos no Q1, correspondendo a 75,15% e também sendo classificada como "Em Conformidade". No entanto, no Q2, seu nível de maturidade ESG

foi classificado como Estágio 2 - Não Integrado, indicando que a cidade ainda adota práticas dispersas e não totalmente incorporadas ao modelo de gestão.

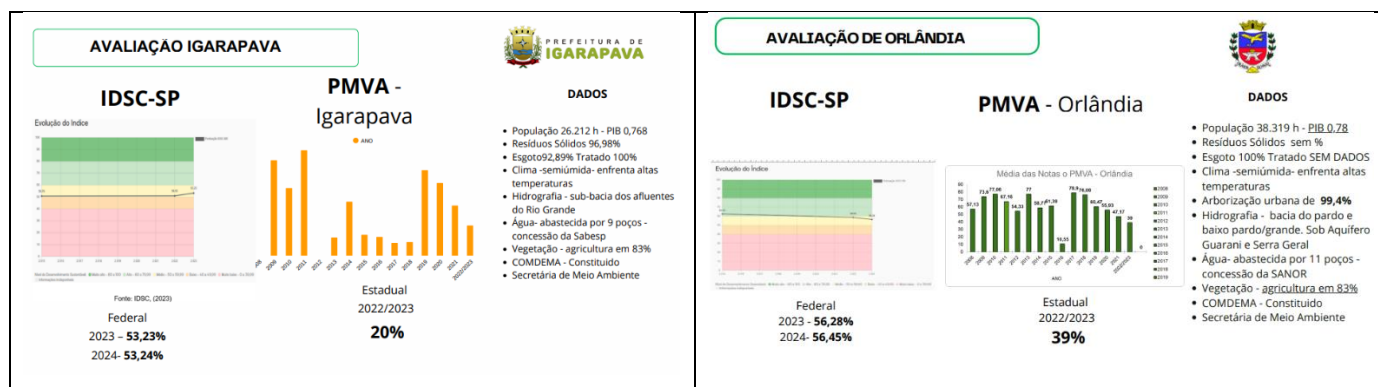
Esses resultados evidenciam diferenças no planejamento estratégico dos municípios. Enquanto Igarapava apresenta uma gestão socioambiental mais estruturada, Orlandia ainda enfrenta desafios na integração de suas práticas ESG. Isso reforça a necessidade de capacitação técnica e aprimoramento contínuo para fortalecer a governança socioambiental e promover maior alinhamento com os princípios da sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais resultados indicam que, embora ambos os municípios demonstrem compromisso com a proteção ambiental e busquem o equilíbrio entre desenvolvimento humano e natureza, ainda carecem de critérios definidos para promover de forma consistente a sustentabilidade, a responsabilidade social e a boa governança.

Conforme Figura 03, pode ser verificada as oscilações, observadas nos dados do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) e do Programa Município Verde Azul (PMVA), sugerem inconsistências na coleta e no envio das informações.

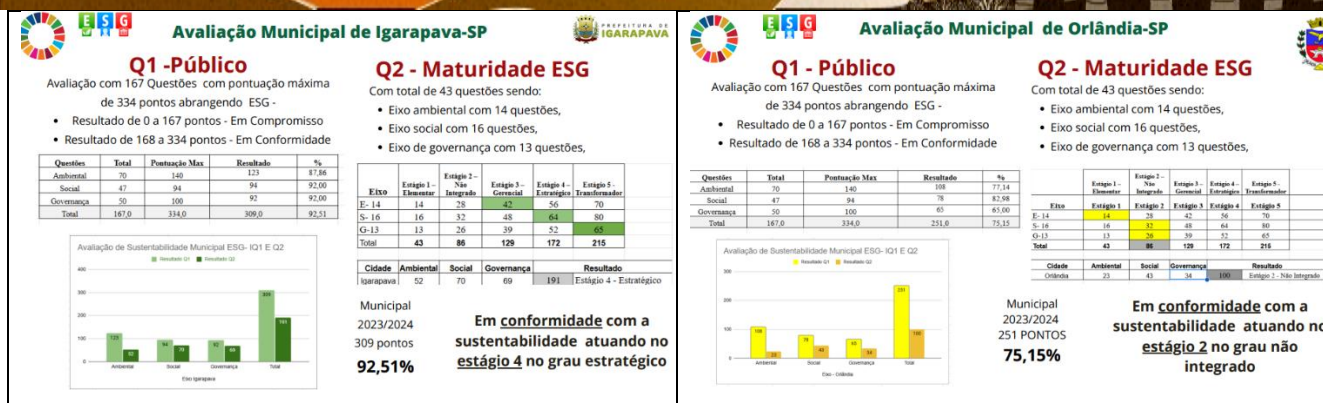
Figura 03- Avaliação IDSC-SP e PMVA



Fonte: MIELE, 2025

Na avaliação do Questionários que foram aplicados diretamente aos gestores ambientais, contendo 167 questões sobre aspectos ambientais, sociais e de governança, revelaram que ambos os municípios alcançaram pontuações superiores a 50%, indicando esforços para atingir a conformidade com práticas sustentáveis, de acordo com figura 04. A avaliação de maturidade ASG/ESG, baseada em critérios da ABNT, classifica Igarapava no Estágio 4 (Estratégico) e Orlandia no Estágio 2 (Não Integrado).

Figura 04- Avaliação Questionário Público e ESG



Fonte: MIELE,2025

Os questionários aplicados permitiram mensurar o nível de maturidade de cada município na implementação de ações sustentáveis, destacando a necessidade de maior integração entre os departamentos da gestão pública e fortalecimento do papel do prefeito na continuidade dessas iniciativas. Apesar dos avanços, ainda há fragilidades na atualização e execução das políticas ambientais e sociais, exigindo mais planejamento e capacitação técnica.

O 1º Fórum Socioambiental Intermunicipal, realizado em dezembro de 2024, reuniu 25 prefeitos e permitiu a apresentação dos resultados dos índices de desenvolvimento sustentável, além de promover a troca de experiências e a discussão sobre a criação de um Selo de Sustentabilidade. A iniciativa promoveu a troca de informações, a avaliação das práticas adotadas por meio de questionários e a discussão sobre a criação de um Selo de Sustentabilidade para futuras edições, reforçando a importância do compartilhamento de experiências e do reconhecimento dos esforços locais. O 1º Fórum entre gestores municipais consorciados representou um marco para a troca de boas práticas e incentivo à cooperação intermunicipal. A interação entre prefeitos destacou o potencial de melhorias e a viabilidade de criar um selo de reconhecimento para municípios sustentáveis.

O artigo pode demonstrar que o estudo evidenciou a presença da sustentabilidade municipal na gestão de Igarapava e Orlandia, verificando avanços nos pilares Ambiental, Social e Governança (ASG/ESG). A participação voluntária nos programas Cidades Sustentáveis e Município Verde Azul demonstra comprometimento, embora ainda existem desafios a serem superados.

Os resultados apontam para a necessidade de estabelecer critérios mais rigorosos e sistemáticos na coleta e atualização dos dados, bem como de fortalecer a governança intermunicipal. Essa abordagem integrada é fundamental para que as políticas públicas

promovam, de maneira mais efetiva, um desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental no âmbito municipal.

Por fim, além de analisar a sustentabilidade municipal, o estudo propôs um mecanismo replicável para monitoramento e avaliação contínua. O sucesso das políticas socioambientais depende de governança eficaz, capacitação técnica e planejamento estratégico, assegurando o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da população. Para continuidade do estudo propõe uma ação de fortalecimento a gestão pública para promover maior integração, aprimorar a coleta e análise dos dados, além de reforçar a interação do setor privado em apoiar as ações de sustentabilidade municipal.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Rodrigo Moreno Paz. ESG e a tutela constitucional da sustentabilidade..Dissertação (Mestrado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo,80 p, 2021
- BRAMANTE, Ivani Contini. ESG+i: governança ambiental, social, corporativa. São Paulo, SP Ltr Editora,2023
- BRASIL, Sisnama Sistema Nacional de Meio Ambiente. Política Nacional de Resíduos Sólidos lei nº 12.305/02 agosto de 2010.
- DSR,Sustainable Development Report , acessado em 14.04.2024 <https://dashboards.sdgindex.org/profiles/brazil>
- GIBBERD, J. Integrating Sustainable Development into Briefing and Design Processes of Buildings in Developing Countries: an assessment tool. 2003. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Engenharia, Ambiente Construído e Tecnologia da Informação, Pretoria, África do Sul, 2003, 168p.
- IDSC - SP - Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades São Paulo acessado em 14.04.2024 <https://idsc-sp.cidadessustentaveis.org.br/>
- MARTINS, Mayra. A relação da divulgação das práticas ESG com o valor de mercado das empresas brasileiras de capital aberto. Dissertação(Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. ,113p.2022<http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.175>
- MORAES, Carla Cristina de. As contribuições das políticas públicas na construção de escolas sustentáveis nos municípios de Morro Agudo e Orlândia - interior do estado de

São Paulo. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. 152p. 2020

-NAUM, Cristine Marian. Motivações para adoção dos fatores ambientais, sociais e de governança (ASG) às análises de investimento pelos gestores de ativos. Dissertação. Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM. 122p. 2018

-ONU. Organização das Nações Unidas. acessado em 14.04.24 <https://brasil.un.org/pt-br>

-PCS, Programa Cidades Sustentáveis .<https://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/pcs>, 2024

-SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. Resolução SEMIL Nº 036, DE 31 DE MARÇO DE 2024, Estabelece procedimentos operacionais e parâmetros de avaliação para fins de certificação no âmbito do Programa Município Verde Azul - PMVA. Acessado em 16.04.2024. <https://doe.sp.gov.br/executivo/secretaria-de-meio-ambiente-infraestrutura-e-logistica/resolucao-semil-n-036-de-31-de-marco-de-2024-2024040411301220219276>

-SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. Resolução SIMA nº 117, de 23 de dezembro de 2022. Estabelece novos procedimentos operacionais e parâmetros de avaliação da Certificação, no âmbito do Programa Município VerdeAzul – PMVA. Disponível em:

<https://smastr16.blob.core.windows.net/municipioverdeazul/sites/244/2023/04/643d588215168-643d58821516aresolucao-sima-n%C2%B0-117-de-23-de-dezembro-de-2022.pdf.pdf> Acesso em: 16.04.2024.

-SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. Programa Município Verde Azul. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/verdeazuldigital/> Acesso em: 17.Abr. 2024.

-SÃO PAULO, Governo do Estado de São Paulo. Lei Estadual Nº 9.509/97 de 20 de março de 1997- “Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação”.

-SÃO PAULO. Resolução SMA nº 009 de 31 de janeiro de 2008. Dispõe sobre o Projeto Ambiental Estratégico Município Verde e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 01 de fev. 2008.

-SEMIL, Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Programa Município Verde Azul. Disponível em: . acessado em 14.04.2024 <https://semil.sp.gov.br/>



SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO
E CRISE DO CAPITAL: CONFLITOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA MINERAÇÃO

-UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, 2024

<https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

